



**À SRA. PREGOEIRA DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE/MT**

Ref.: EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2024

PROC. ADM. Nº 947606/2024

O escritório **OLIVEIRA E VARELA FAGUNDES SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, inscrita no CNPJ sob o nº 38.217.441/0001-12, com endereço à Rua Maria Alvarenga Magalhães nº 367, Bairro Central Park, Vespasiano-MG, vem, por intermédio de sua representante legal, com fulcro nas disposições da Lei Federal 14.133/2021 e do Edital apresentar

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face a recurso apresentado pela empresa inabilitada no certame **JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, inscrita no CNPJ sob o nº 18.985.386/0001-01, com endereço à Rua Fernandes Tourinho, nº 999, sala 202, Belo Horizonte/MG

DA TEMPESTIVIDADE

Conforme disposto no edital, o prazo para apresentação do recurso é de 3 (três) dias úteis, contado da data de interposição da impugnação face empresa inabilitada, conforme determina o art. 165, I, da Lei Federal 14.133/2021, e que no presente caso a inabilitação da empresa ocorreu em 27/06/2024. Assim, verifica-se o início do prazo para apresentação do da impugnação do recurso começa no dia 03/07/2024, o qual findará, portanto, em 08/07/2024. Apresentado até esta data, é tempestivo o recurso, devendo ser conhecido e provido, pelo que se segue.

DOS FATOS

No dia 05/06/2024, às 10h00, teve início a sessão do Pregão Eletrônico nº 07/2024 no município de Várzea Grande, através do sistema A BLL COMPRAS. Após a abertura da sessão e do sistema de lances, a empresa JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE



DE ADVOGADOS apresentou a proposta mais vantajosa, com lance de 19,97% sobre cada real recuperado.

Na fase de habilitação, constatou-se que a empresa JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE DE ADVOGADOS não atendia a diversos requisitos essenciais do edital, não se configurando como mera irregularidade sanável.

Cabe salientar que, conforme a Lei nº 14.133/2021, os licitantes têm o direito de apresentar impugnação ao edital antes da abertura da licitação. Essa medida visa garantir a lisura do processo e sanar eventuais vícios no edital. No entanto, a empresa JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE DE ADVOGADOS não fez uso desse direito.

Embora a empresa Inabilitada tenha apresentado recurso contra a decisão de inabilitação dentro do prazo legal, tal medida não se sustenta por diversos motivos, conforme detalhado a seguir:

Incabível Discussão de Matérias em Recurso:

O recurso administrativo contra a decisão de inabilitação destina-se a discutir a legalidade e a regularidade do ato de inabilitação, conforme Art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

Não cabe no âmbito do recurso administrativo a discussão de matérias que deveriam ter sido objeto de impugnação ao edital, conforme previsto no Art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

Preclusão:

A empresa Inabilitada não impugnou o edital no momento oportuno, conforme o Art. 164, § 3º da Lei nº 14.133/2021. No caso em tela, ao alegar que a exigência de Certidão de Regularidade Fiscal perante o Município de Várzea Grande **sequer poderia constar no edital, está preclusa, uma vez que tal alegação deveria ter sido apresentada em sede de impugnação ao edital**. A empresa, ao não apresentar a impugnação no momento oportuno, demonstrou estar ciente e concordar com a exigência. Consequentemente, não apresentou a certidão requerida e não recorreu tempestivamente. Portanto, somente por este primeiro fato, a empresa, além de não sanar a irregularidade, não pode alegar, em momento inoportuno, isso porque a preclusão impede a empresa de discutir, em recurso administrativo, matérias que deveriam ter sido objeto de impugnação ao edital.



Violação do Princípio da Segurança Jurídica:

A empresa JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE DE ADVOGADOS busca discutir, em recurso administrativo, matérias que deveriam ter sido objeto de impugnação ao edital, o que viola o princípio da segurança jurídica.

Esse princípio garante que as regras do jogo sejam claras e estáveis, impedindo que as partes modifiquem as regras após o início do jogo.

Prejuízos ao Ente Público:

A conduta da empresa causa prejuízos ao ente público, pois:

Atrasa o andamento da licitação, impedindo a contratação da empresa para o ente público.

Onera o ente público com custos processuais entre outros.

INCONFORMIDADES APRESENTADAS NAS DOCUMENTAÇÕES DA EMPRESA INABILITADA.

Conforme mencionado anteriormente, a empresa inabilitada não apresentou a Certidão Municipal de Várzea Grande, **descumprindo o exigido em relação ao item 14.1.3.1, letra "e", do edital.**

Conforme a nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), qualquer argumento sobre o edital deve ser apresentado antes do início do processo licitatório, sob pena de preclusão.

Portanto, em casos como o narrado, onde a empresa Inabilitada alega que a exigência de certidão de regularidade fiscal perante o Município de Várzea Grande não deveria constar no edital, tal alegação está preclusa, uma vez que deveria ter sido apresentada como impugnação ao edital e não em recurso administrativo. A empresa, ao não impugnar no momento devido, aceitou tacitamente as regras do edital e não pode alegar irregularidades posteriormente.

14.3. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

14.3.1. O licitante deverá comprovar a regularidade fiscal, social e trabalhista mediante os seguintes documentos:

- a)** Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- b)** Certidão de regularidade fiscal perante a União, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa;
- c)** Certidão de regularidade fiscal perante o Estado sede do licitante, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa;
- d)** Certidão de regularidade fiscal perante o Município de domicílio ou se- de do licitante, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa;
- e)** Certidão de regularidade fiscal perante o município de Várzea Grande;



Deste modo, a empresa inabilitada, ao saber das regras e não impugná-las no momento adequado, deve aceitar as consequências de não cumprir os requisitos do edital.

Questiona-se se a empresa pretende que outra empresa seja inabilitada sem motivo legítimo ou se deseja que suas próprias falhas sejam ignoradas, o que violaria os princípios e normas do processo licitatório.

Seguindo para o próximo item, **a empresa inabilitada não apresentou a comprovação de especialização em Gestão Pública da profissional indicada para cumprimento do item 14.5.1, "b", "I" do edital.** Além disso, o contrato de prestação de serviços da referida profissional está vencido.

Em seu recurso, a empresa alega que a profissional apresentada para o cumprimento do item 14.5.1, "b", "I" foi a Sra. Priscila. No entanto, a Sra. Priscila não comprovou de maneira adequada a regularidade junto ao Conselho Regional de Economia (Corecon), tendo apresentado apenas uma solicitação de registro ao órgão em 2023, além de seu contrato estar expirado. Mais uma vez, a empresa inabilitada deixa de fornecer a documentação exigida, ou seja, a inscrição profissional devidamente regularizada. Uma simples solicitação de registro não é suficiente para tal comprovação, especialmente porque foi feita em 2023, o que demonstra total desmazelo por parte da empresa inabilitada quanto ao cumprimento das exigências do edital.

A Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 59, determina que os licitantes devem comprovar a regularidade fiscal, trabalhista e a qualificação técnica, conforme especificado no edital. A falta de apresentação dos documentos exigidos resulta na inabilitação da empresa, conforme disposto no artigo 64 da mesma lei.

Portanto, a alegação da empresa inabilitada de que a solicitação de registro ao Corecon seria suficiente para comprovar a regularidade da profissional não se sustenta. A documentação exigida pelo edital deve ser completa e regular, e a responsabilidade pela apresentação correta dos documentos é exclusivamente do licitante.

Diante do exposto, é evidente que a empresa inabilitada não atendeu em mais um requisito do edital, justificando plenamente a decisão de sua inabilitação.

Ademais, para esse tópico do recurso apresentado, a empresa inabilitada demonstra não apenas uma falha na observância detalhada do edital desde a etapa de preparação documental, mas também uma confusão evidente quanto aos requisitos claros estabelecidos para a comprovação do vínculo dos profissionais. Ao não entender a distinção entre vínculo empregatício e vínculo profissional, conforme claramente especificado no edital, e ao não ter renovado nenhum dos contratos de prestação de serviço exigidos, a empresa revela sua incapacidade de cumprir as disposições mínimas para participação no certame. Essas inobservâncias não apenas comprometem sua capacidade de execução contratual, mas também colocam em xeque sua idoneidade para competir de forma justa e legal neste processo licitatório.



Não obstante, reitera que a empresa inabilitada apresentou os contratos juntamente aos profissionais de direito, Sra. Tatiane, e à economista, Sra. Priscila, vencidos. Além disso, verificou-se que os contratos não foram devidamente reconhecidos em cartório até **porque o contrato está em branco (sem assinatura)**, não contendo as assinaturas da Sra. Priscila economista e da Representante legal da empresa inabilitada, a Sra. Jacqueline de Paula Barbosa, o que também foi constatado. Nesse caso, não há confirmação se as profissionais ainda estão prestando serviços para o escritório, ou até mesmo se já prestaram em momento anterior, tendo em vista a ausência de assinatura. Para atender às exigências do edital, foram apresentados contratos antigos dos profissionais, cujos dados não foram atualizados nem assinados por certificado digital.



SOCIEDADE DE ADVOGADOS

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

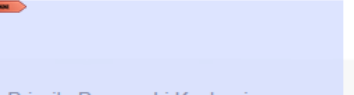
Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do CONTRATO, as partes elegem o foro da comarca de Belo Horizonte - MG, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Belo Horizonte, 03 de janeiro de 2023.



Jacqueline de Paula Barbosa Sociedade de Advogados
Contratante



Priscila Pozzeschi Koulouris
Contratada

Deste modo, outros contratos que foram anexados junto ao processo também não cumprem o requisito do item 14.5.1 Letra c) item 2.

A falta de documentos não para por aqui, no tocante aos profissionais da área de contabilidade, verifica-se a ausência do registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) dos Srs. Aldair e Vinicius, conforme previsto no item 14.5 do edital. Essa omissão configura irregularidade grave, pois demonstra o não atendimento aos requisitos mínimos de habilitação profissional para o exercício da função, lançando dúvidas sobre a confiabilidade dos serviços prestados.

A ausência de tal documento corrobora a inabilitação dos Srs. Aldair e Vinicius para a assinatura e apresentação de laudos, planilhas e demais documentos relacionados à auditoria, conforme exigido pelo edital. Essa falha compromete a validade jurídica dos documentos apresentados e levanta sérias dúvidas acerca da capacidade técnica dos profissionais para o desenvolvimento das atividades previstas.



Ressalta-se que a regularidade profissional dos auditores, mediante registro no respectivo Conselho de Classe, é requisito fundamental para a garantia da lisura, confiabilidade e imparcialidade dos trabalhos periciais. A ausência de tal registro lança dúvidas sobre a autenticidade dos laudos e compromete a validade jurídica dos mesmos, gerando riscos à segurança e à credibilidade da auditoria como um todo.

Falhas na Qualificação do Profissional de Sistema de Informação

Conforme previsto no item 14.5.1, b, IV do edital, a equipe de auditoria deveria contar com um profissional graduado em Sistema de Informação, em virtude da utilização de ferramentas tecnológicas no processo de tratamento e levantamento de dados contábeis e tributários. No entanto, a empresa desqualificada apresentou documentação comprobatória da qualificação de apenas um Tecnólogo em Informática, descumprindo, assim, o requisito mínimo de escolaridade exigido.

Diferenciação entre Tecnólogo em Informática e Bacharel em Sistema de Informação:

É crucial frisar que a mera menção de 'informática' na denominação do curso não garante a qualificação do profissional para atuar na área de Sistema de Informação. No caso em questão, a empresa inabilitada apresentou apenas o certificado de conclusão do curso de Tecnólogo em Informática, sem qualquer outra documentação que comprovasse a devida habilitação e atualização profissional. Tal fato demonstra o descumprimento do requisito mínimo de escolaridade exigido no edital, além de lançar dúvidas sobre a competência técnica do profissional para o desenvolvimento das atividades de auditoria.

Ressalta-se que o curso de Tecnólogo em Informática, por sua natureza de curta duração e foco em conhecimentos básicos da área, não oferece a formação técnica e aprofundada necessária para o desempenho das atividades complexas e multidisciplinares inerentes à auditoria, especialmente em um contexto que envolve o uso intensivo de ferramentas tecnológicas. Já o curso de Sistema de Informação, com sua carga horária extensa e currículo abrangente, proporciona aos seus graduandos a expertise e o domínio técnico indispensáveis para lidar com as demandas da auditoria em ambientes digitais.

Obsolescência da Formação:

Além da inadequação da formação em Tecnólogo em Informática para as atividades de auditoria, verifica-se a ausência de documentação que comprove a atualização profissional do indivíduo em questão. A omissão de históricos escolares e grades curriculares impede a avaliação do conteúdo programático e da época de conclusão do curso, aspectos cruciais para determinar a aderência às atuais demandas do mercado de trabalho e à rápida evolução da área de TI. Ademais, considerando que a conclusão do curso se deu em 1995, torna-se ainda mais evidente a necessidade de atualização



profissional, visto que as ferramentas, linguagens e sistemas computacionais utilizados naquela época são, em sua maioria, obsoletos e incompatíveis com as tecnologias empregadas atualmente na auditoria.

Diante das diversas irregularidades e falhas na documentação apresentada pela empresa inabilitada, conclui-se que a mesma não atendeu aos requisitos mínimos de habilitação e qualificação técnica exigidos no edital. A ausência de registro no Conselho Regional de Contabilidade dos profissionais da área contábil, a apresentação de um Tecnólogo em Informática ao invés de um Bacharel em Sistema de Informação e a obsolescência da formação do suposto profissional de TI configuram falhas graves que comprometem a lisura, confiabilidade e validade dos serviços realizados pela referida empresa.

DA CARACTERIZAÇÃO DE SUBCONTRATAÇÃO PELA EMPRESA INABILITADA

A empresa inabilitada apresentou contrato com a ASP Assessoria Pública (CNPJ: 07.722.791/0001-02), evidenciando, mais uma vez, o descumprimento das normas do edital. O item 4.2 do edital veda expressamente a subcontratação, total ou parcial, do objeto licitado, conforme explicitado no termo de referência, conforme transcrito abaixo:

SECRETARIA DE
ADMINISTRAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE
VÁRZEA GRANDE
Mais por Você. Mais por Várzea Grande.

Licitação PMVG
Fls. _____

PROC. ADM. Nº. 947606/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 07/2024

4.2. SUBCONTRATAÇÃO

- 4.2.1.** Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto.

4.3. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

- 4.3.1.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar, uma vez que se trata de uma contratação com prazo de execução relativamente curto e com baixo risco de inexecução do objeto

4.4. SUSTENTABILIDADE:

- 4.4.1.** O serviço em questão não está vinculado a geração de impactos ambientais, o que dispensa a inclusão de critérios de sustentabilidade neste documento para a contratação em tela.

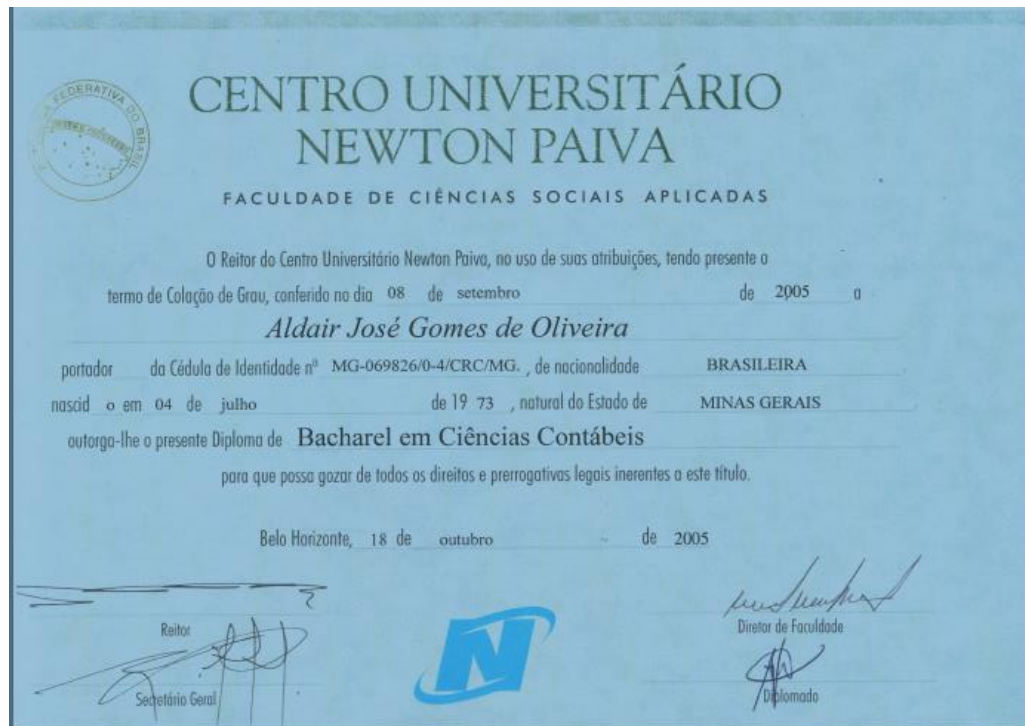
4.5. ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

- 4.5.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação, ou transferência entre matriz e filial ou vice-versa da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos



Ademais, o contrato com a ASP Assessoria é ineficaz, pois a consulta ao CNPJ no Portal da Receita Federal comprova a inabilitação da empresa. Soma-se a isso a irregularidade na folha de rosto do contrato.

O termo de referência é taxativo ao vedar a subcontratação. Mesmo que o edital, por hipótese, permitisse tal prática, a análise da empresa subcontratada revela ainda mais irregularidades, vejamos o seguinte documento:



A empresa tem como sócio o senhor Aldair Jose Gomes de Oliveira o mesmo nome encontra-se no certificado acima.

Se a intenção era apresentar um certificado de conclusão de curso de profissional de contabilidade, por que apresentar um contrato entre empresas uma vez que é vedada tal contratação?

Voltando a hipótese de possibilidade de subcontratação, **foi feita a consulta em relação a empresa ASP Assessoria e no CNPJ confirma sua situação cadastral como "inapta"**, comprovando a inadimplência da empresa e a cessação de suas atividades há um bom tempo. A imagem anexa comprova tal fato.



		
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NUMERO DE INSCRIÇÃO 07.722.791/0001-02 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 18/11/2005
NOME EMPRESARIAL ASP ASSESSORIA PUBLICA LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASP ASSESSORIA PBLICA		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL *****		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 224-0 - Sociedade Simples Limitada		
LOGRADOURO *****	NUMERO *****	COMPLEMENTO *****
CEP *****	BAIRRO/DISTRITO *****	MUNICIPIO *****
ENDEREÇO ELETRÔNICO ALDAIR@ASPASSESSORIA.COM.BR		TELEFONE (31) 3637-1979/ (31) 9923-9273
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL INAPTA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/03/2019
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL Omissão De Declarações		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 04/07/2024 às 18:01:38 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Além das irregularidades já mencionadas, consultas em dados disponíveis na internet revelam ainda mais falhas na conduta da empresa inabilitada. A imagem anexa comprova tais informações.

DADOS CADASTRAIS:		
CNPJ: 07.722.791/0001-02	RAZÃO SOCIAL: ASP ASSESSORIA PUBLICA LTDA	
MATRIZ OU FILIAL: MATRIZ	NOME FANTASIA: ASP ASSESSORIA PBLICA	
SITUAÇÃO CADASTRAL: ▲ INAPTA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL: 27/03/2019	MOTIVO DA SITUAÇÃO CADASTRAL: OMISSAO DE DECLARACOES
NATUREZA JURÍDICA: 2240 SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA	SITUAÇÃO ESPECIAL: *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL: *****
DATA DE ABERTURA: 18/11/2005	IDADE: 18 ANOS, 7 MESES E 16 DIAS	PORTE (RFB): MICRO EMPRESA
CAPITAL SOCIAL: R\$ 9.000,00	ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DOS DADOS: 30/06/2024	
LOCALIZAÇÃO:		
ENDEREÇO: AVENIDA BRASILIA, 276 SAO BENEDITO		
CIDADE ESTADO: SANTA LUZIA MG	CEP: 33120-472	GOOGLE MAPS: VEJA NO MAPA



TELEFONES:

(31) 3637-1979

(31) 9923-9273

E-MAILS:

aldair@aspassessoria.com.br

ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
69.20-6-01	ATIVIDADES DE CONTABILIDADE

QUADRO DE SÓCIOS E ADMINISTRADORES (QSA):

NOME	QUALIFICAÇÃO	ENTRADA
DANIELA ALMEIDA PEREIRA	SÓCIO-ADMINISTRADOR	18/11/2005
ALDAIR JOSE GOMES DE OLIVEIRA	SÓCIO-ADMINISTRADOR	18/11/2005

Portanto, resta evidente que a empresa inabilitada, ao longo de sua participação no processo licitatório, coleciona uma série de irregularidades e descumprimentos graves, demonstrando flagrante desrespeito às normas e princípios que regem a licitação pública.

Dentre as falhas mais graves, podemos destacar:

Subcontratação vedada: A empresa inabilitada contratou indevidamente a ASP Assessoria Pública e Ltda., ferindo frontalmente o disposto no edital e no termo de referência, que expressamente proíbem a subcontratação. Tal conduta configura infração administrativa grave e pode, inclusive, caracterizar diversas infrações legais, inclusive na esfera criminal.

OUTROS DESCUMPRIMENTOS PELA EMPRESA INABILITADA

Situada na análise dos dados e informações dispostas pela empresa inabilitada, foi identificada a falta da apresentação do item 14.6.3 do edital referente a ficha cadastral anexo VI do edital, descumprindo assim exigências edilícias.

14.6. DAS DECLARAÇÕES

- 14.6.1.** Constitui infração a apresentação de declaração falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação, conforme art. 155, VIII, Lei nº. 14.133/2021.
- 14.6.2.** Apresentar declarações expressas assinada em original, conforme modelo do Anexo III deste Edital.
- 14.6.3.** Ficha Cadastral (Anexo VII).



De maneira mais sucinta, vale destacar que a empresa não entregou o item 14.3.1 "h".

14.3. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

14.3.1. O licitante deverá comprovar a regularidade fiscal, social e trabalhista mediante os seguintes documentos:

- h)** Prova da inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública através de certidão negativa correccional da CGU que inclua consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

A Certidão de Regularidade Operacional da sociedade, emitida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que demonstra a regularidade da empresa inabilitada perante o Conselho da Ordem, encontra-se vencida há mais de um ano. Nesse sentido, não é possível verificar a real situação da empresa junto ao conselho.

No que tange à validade da certidão, ainda que o edital não tenha previsto explicitamente sua validade, o Provimento Nº 178/2017 Dispõe sobre normas e procedimentos para transferência da inscrição principal e para a inscrição suplementar nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 2º, serão expedidos com a anotação de sua validade por 60 (sessenta) dias, findos os quais o interessado, na Seccional de origem, ficará sujeito a taxa de revalidação.

Dessa forma, fica evidenciado mais um item do edital que não foi atendido. Mais uma vez, a empresa inabilitada não deveria ter participado do processo licitatório.

Conclusivamente, constata-se uma série de erros cometidos pela empresa inabilitada, que apresentou todos os seus documentos vencidos, demonstrando, assim, sua inaptidão para participar do certame licitatório.

Ato de Ilegalidade contra a Atividade de Advocacia

Em primeiro lugar, vamos abordar a questão da atividade de advocacia. Advogados e advogadas podem sublocar suas salas para o exercício de outras atividades profissionais, tais como escritórios contábeis, despachantes, administradores de condomínios, escritórios de cobrança, entre outras atividades que têm relação próxima com a advocacia.

Alguns critérios devem ser considerados para que o sigilo profissional do advogado não seja comprometido com a disponibilização de suas salas para outros profissionais. Esses critérios incluem: atividades totalmente separadas; salas de espera de clientes devidamente separadas; funcionários exclusivos para a advocacia; linhas telefônicas exclusivas para a advocacia; e a necessidade de placas indicativas para as diversas atividades exercidas no local.



Dessa maneira, à luz das normas éticas da OAB, é permitido que contabilidade e advocacia compartilhem o mesmo espaço físico, desde que todos esses critérios sejam observados.

Ressalta-se que não estamos falando da prestação de serviços de contabilidade por advogados, nem de assessoria jurídica de advogados para contadores, pois não há impedimento algum para essas práticas.

Assim, contabilidade e advocacia podem exercer suas respectivas atividades no mesmo imóvel sem violar seus respectivos códigos de ética, desde que haja separação de pessoal e infraestrutura, de forma a preservar o sigilo profissional e evitar a mercantilização das atividades.

No julgamento, a Turma firmou o entendimento de que a advocacia não deve servir como serviço acessório à venda de softwares. Dessa maneira, não é vedado ao advogado utilizar programas computacionais para apoiar seu trabalho, tampouco é proibido que o advogado assessorie seus clientes no uso de tais programas para obtenção de melhores resultados operacionais.

“EXERCÍCIO PROFISSIONAL – USO DE SOFTWARE
AUXILIAR PELO ADVOGADO – ORIENTAÇÕES AO
CLIENTE – POSSIBILIDADE – VINCULAÇÃO DA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS À

COMERCIALIZAÇÃO DO SOFTWARE UTILIZADO COMO
SUPORTE A ESTA E À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA
ÁREA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO –
IMPOSSIBILIDADE – MERCANTILIZAÇÃO DA
PROFISSÃO. Não há óbice ético à utilização de software, pelo
advogado, com o intuito de auxiliá-lo na prestação de assessoria
jurídica aos seus clientes; tampouco existe vedação à
possibilidade que o advogado, no curso da prestação desses
serviços jurídicos, instrua os mesmos clientes sobre a utilização
do sistema. Contudo, é vedada a vinculação da prestação de
serviços jurídicos à comercialização do software utilizado como
suporte a esta e à prestação de serviços na área da tecnologia da
informação, sob pena de indevida cumulação de atividades e



mercantilização da profissão. Inteligência do artigo 5º do CED, e Provimento 13/1997 do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/SP”

Contudo, haverá vedação caso a assessoria jurídica esteja vinculada à comercialização de tais softwares, ou seja, caso tenha como finalidade o suporte à comercialização de softwares ou a prestação de serviços na área de tecnologia da informação.

Dados em Questão


Passamos para os dados em questão: junto ao contrato com a empresa ASP Pública, nota-se que o timbre utilizado pelo escritório de advocacia da empresa inabilitada apresenta os seguintes dizeres: “Facto Soluções Jurídicas e Tecnológicas”. Utilizando essa informação, realizamos uma busca na internet e verificamos as seguintes informações, surgindo assim as seguintes empresas:



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM FACTO SOLUÇÕES JURÍDICAS E TECNOLÓGICAS E ASP ASSESSORIA PÚBLICA LTDA

Pelo presente instrumento particular, de um lado, como **CONTRATANTE: FACTO SOLUÇÕES JURÍDICAS E TECNOLÓGICAS**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o n. 18.985.386/0001-01, com sede na Rua Gama Neto, n. 571, Kennedy, Santa Luzia/MG – CEP.: 33015-620, neste ato, representada por Jacqueline de Paula Barbosa, brasileira, divorciada, advogada inscrita na OAB/MG 85.647, portadora da cédula de Identidade RG nº M-6.996.846 SSP/MG, CPF nº 997.432.566-87, com endereço comercial na sede da empresa e, de outro lado como **CONTRATADA: ASP ASSESSORIA PÚBLICA LTDA**, pessoa jurídica inscrita sob o CNPJ n. 07.722.791/0001-02, com sede na Av. Brasília, n. 276, São Benedito, Santa Luzia/MG – CEP.: 33120-472, neste ato representada na forma de seu contrato social pelo sócio Aldair José Gomes de Oliveira, brasileiro, contador, casado, portador do RG MG-

Grupo Facto



[Site](#) [Rotas](#) [Salvar](#) [Ligar](#)

Visão Geral

Avaliações

Localizado em: L'été 2014

Endereço: Lourdes | BH | MG - R. Fernandes Tourinho, 999 - Sala 203 - Lourdes, Belo Horizonte - MG, 30110-017

Telefone: (31) 99322-5808

[Sugerir uma alteração](#) · [É proprietário desta empresa?](#)

[Adicionar informações ausentes](#)

[Adicionar horário de funcionamento](#)

FACTO Engenharia e Projetos



[Rotas](#) [Salvar](#) [Ligar](#)

Visão Geral

Avaliações

Localizado em: L'été 2014

Endereço: R. Fernandes Tourinho, 999 - Sala 202 - Lourdes, Belo Horizonte - MG, 30112-003

Áreas atendidas: Minas Gerais e as proximidades

Horário de funcionamento: **Fechado** · Abre às 08:00 ▾

Telefone: (31) 98464-2027

[Sugerir uma alteração](#) · [É proprietário desta empresa?](#)



**OLIVEIRA
E VARELA
FAGUNDES**
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

R. Maria Alvarenga Magalhães | 367
Central Park | Vespasiano/MG | 33200.000
CNPJ: 38.217.441/0001-12



GRUPO FACTO
CONSULTORIA | TECNOLOGIA | ENGENHARIA



Rua Fernandes Tourinho, 999
Sala 203 - Lourdes | BH | MG



+55 (31) 99322.5808
+55 (31) 2531.5831



contato@grupofacto.com.br
Aguardamos seu contato

HOME

QUEM SOMOS

O QUE FAZEMOS

ENGENHARIA E PROJETOS

CLIENTES

SIMULADOR DE CRÉDITO

CONTATO

AUDITORIA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS

Nesta tela as empresas que compõem o Grupo Facto possuem como telefone para contato os telefones de nº 993225808 e fixo 25315831.

Novamente analisando os contratos ligados a empresa inabilitada, verificamos que no contrato junta a economista Priscilla o timbre da folha não é mais o facto soluções Jurídicas, e sim Jaqueline de Paula Barbosa Sociedade de Advogados, neste contrato o timbre é outro, mas que se confunde com o timbre utilizado pelo grupo Facto e Facto engenharia.



**JACQUELINE DE
PAULA BARBOSA**
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE: JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE DE ADVOGADOS, inscrita na OAB/MG sob o nº 5.697 e no CNPJ sob o n. 18.985.386/0001-01, com sede na Rua Fernandes Tourinho, 999/202, Lourdes, Belo Horizonte/MG, neste ato representada pela Dra. Jacqueline de Paula Barbosa, brasileira, advogada, divorciada, inscrita na OAB/MG sob o n. 85.647, CPF 997.432.566-87, RG M-6.996.846 SSP/MG, com endereço na sede da empresa.

CONTRATADA: PRISCILA POZZESCHI KOULOURIS, brasileira, economista, inscrita no CPF sob o nº 099.723.986-76, RG MG-16591298, residente na Rua Trajano Reis, 777, apto 62C2, Bairro Jardim das Vertentes, São Paulo/SP, CEP: 05541-030.

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente **Contrato de Prestação de Serviços Autônomos na área de economia** que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no

Da para notar que o timbre é idêntico, não só o timbre como também o numero da sala e de telefone.



decisões do Poder Público após a assinatura do presente instrumento, não implicará na nulidade ou invalidade das demais. Sempre que possível, as disposições consideradas nulas ou inválidas deverão ser reescritas, de modo a refletir a intenção inicial das Partes em conformidade com a legislação aplicável.

Rua Fernandes Tourinho, 999 sl. 202 | Lourdes | Belo Horizonte | Cep 30.112-003
Minas Gerais | depaulasolucoes@gmail.com | (31) 2531-5831 | (31) 99901-4696

Todos os dados são idênticos: telefones idênticos, endereço idêntico. Não sabemos se os funcionários também são os mesmos para ambos.

No site do Grupo Facto, o telefone móvel da pessoa responsável é (99) 3225-808, telefone diferente do indicado no rodapé usado pela empresa inabilitada, que possui o número (31) 99901-4696. No entanto, na área de clientes, são apresentados dados que estão sob a responsabilidade exclusiva da Dra. Jacqueline.



Com essas informações, fica difícil identificar quem faz o quê e qual empresa é, de fato, a fiel detentora dos atestados apresentados.

Indo mais a fundo, o CNPJ ligado ao Grupo Facto Soluções Jurídicas está em nome de:

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 29.949.274/0001-03 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 15/03/2018
NOME EMPRESARIAL RICARD FRANCO GONTIJO EIRELI		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) GRUPO FACTO CONSULTORIA E TECNOLOGIA		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 69.20-6-02 - Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 52.29-0-99 - Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente 62.01-5-01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda 62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis 62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação 62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação 68.21-8-01 - Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente 82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)		



A empresa possui em suas atividades: desenvolvimento de programas de computador sob encomenda, consultoria em tecnologia da informação, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador.

No site, a empresa apresenta as seguintes informações:

Embora a empresa Grupo Facto se declare com mais de 10 de experiência, ao consultar os dados oficiais, informações indicam que a companhia não possui tanto tempo de atuação, pois é datada sua abertura em 2018. Para esclarecer essa questão e determinar com precisão a data de fundação da empresa, é necessário realizar uma pesquisa mais aprofundada, incluindo o histórico da empresa, possíveis mudanças de nome ou CNPJ, aquisições de outras empresas ou fusões.

Consultado por VIGOR VARELA FAGUNDES em 17/07/2020 16:07

16/07/2020

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 18.985.386/0001-01 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 01/10/2013
NOME EMPRESARIAL JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 69.11-7-01 - Serviços advocatícios		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 232-1 - Sociedade Unipessoal de Advocacia		
LOGRADOURO R FERNANDES TOURINHO	NÚMERO 999	COMPLEMENTO SALA 202

Voltar para a listagem

Consulta Processual PJe-JT 2.10.5 (20/05/2)



Conforme foi exposto, a atividade de comercialização de softwares por advogados fere o Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil. A comercialização de softwares, por se tratar de atividade comercial, configura-se como captação de clientes de forma indireta, violando o princípio da publicidade profissional restrita.

A comercialização de softwares pode configurar associação indevida com empresas de software, ferindo o princípio da exclusividade do exercício da profissão advocatícia.

A comercialização de softwares pode ser interpretada como captação de clientes para empresas de software, violando o princípio da proibição da captação de clientela para outrem.

O advogado pode auxiliar seus clientes na escolha e utilização de softwares, mas não deve se envolver na venda dos mesmos. Vejamos:

Art. 7º do Código de Ética e Disciplina da OAB: É vedado o oferecimento de serviços profissionais que impliquem, direta ou indiretamente, inculcação ou captação de clientela.

Art. 34 da Lei nº 8906/94: Constitui infração disciplinar: IV – angariar ou captar causas, com ou sem a intervenção de terceiros.

Como se percebe, a advocacia não pode ser confundida com uma atividade mercantil. Por isso que, aos profissionais da área, é vedada a publicidade para a captação de clientes.

DOS FUNDAMENTOS INFUNDADOS DA RECORRENTE PARA A INABILITAÇÃO DA SOCIEDADE RECORRIDA VENCEDORA

O advogado Warley atende plenamente ao item 2, tendo em vista que uma das vertentes da sua pós-graduação em Direito Público é o Direito Tributário. Aliás, ao contrário da empresa inabilitada, os profissionais da empresa vencedora possuem qualificações abundantes. Vale ressaltar que os sócios Ihara Priscilla possuem pós-graduação em Direito Tributário, enquanto seu sócio Vígor Varela possui MBA em Direito Tributário Municipal. Ambos são especialistas em Direito Tributário, conforme pode ser verificado em uma simples consulta na OAB. Além disso, a Dra. Raphaella apresentou comprovação suficiente para demonstrar sua expertise na matéria.

Qualificações de Gustavo Patrício para atender ao item 1:

Quanto ao profissional Gustavo Patrício, sua qualificação é evidentemente comprovada e correta. Diferentemente da economista apresentada pela empresa inabilitada, Gustavo apresentou o devido registro junto ao CORECON, e não uma mera solicitação de inscrição. Além disso, seu vasto currículo pode ser verificado por meio de uma simples verificação online. Gustavo é Economista pela UFMG, possui mestrado em Gestão da Cooperação Internacional pela Universidade de Chieti/Pescara e mestrado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina. Ele possui ampla experiência



na gestão de grandes projetos em socioeconomia sustentável no Brasil e no exterior, sendo responsável pela liderança de equipes multidisciplinares e multinacionais, definição de escopos, gerenciamento financeiro de contratos, e relacionamento com clientes, comunidades, governos e instituições internacionais. Foi Diretor Superintendente na Auditoria-Geral do Estado de Minas Gerais (atual Controladoria-Geral), Consultor no Sebrae/MG, no CREA/MG e bolsista pela UFMG, UFSC e FAO/ONU. Possui vasta experiência como professor universitário para os cursos de Economia, Administração, Comércio Internacional e Ciências Contábeis. Atua principalmente nos temas de desenvolvimento sustentável, economia do setor público, economia da educação, planejamento urbano e mercado financeiro.

Especialização em Gestão Pública

As alegações de que este profissional não comprovou especialização em Gestão Pública são infundadas e não merecem prosperar. Não se deve apegar apenas à nomenclatura da especialização ou curso. O certificado apresentado por Gustavo é de uma instituição de ensino idônea e respeitada na Europa, estando de acordo com o disposto no art. 67, §4º da Lei Federal 14.133/2021. Portanto, suas qualificações são legítimas e cumprem plenamente os requisitos exigidos.

Conclusão

As alegações da recorrente para a inabilitação da sociedade recorrida vencedora são claramente infundadas e carecem de base legal e factual. Os profissionais da empresa vencedora são altamente qualificados e cumprem todos os requisitos estabelecidos pelo edital.

DA ALEGADA INEXISTÊNCIA DE SEDE FÍSICA OU DOMICÍLIO FISCAL DA RECORRIDA

O presente tópico visa apresentar um relato imparcial e objetivo dos fatos relacionados à contestação da empresa inabilitada em relação à localização do endereço comercial do escritório da empresa vencedora. Através de uma análise crítica e fundamentada, demonstraremos a inconsistência das alegações da empresa inabilitada, evidenciando sua má-fé e intenção de prejudicar a empresa vencedora.

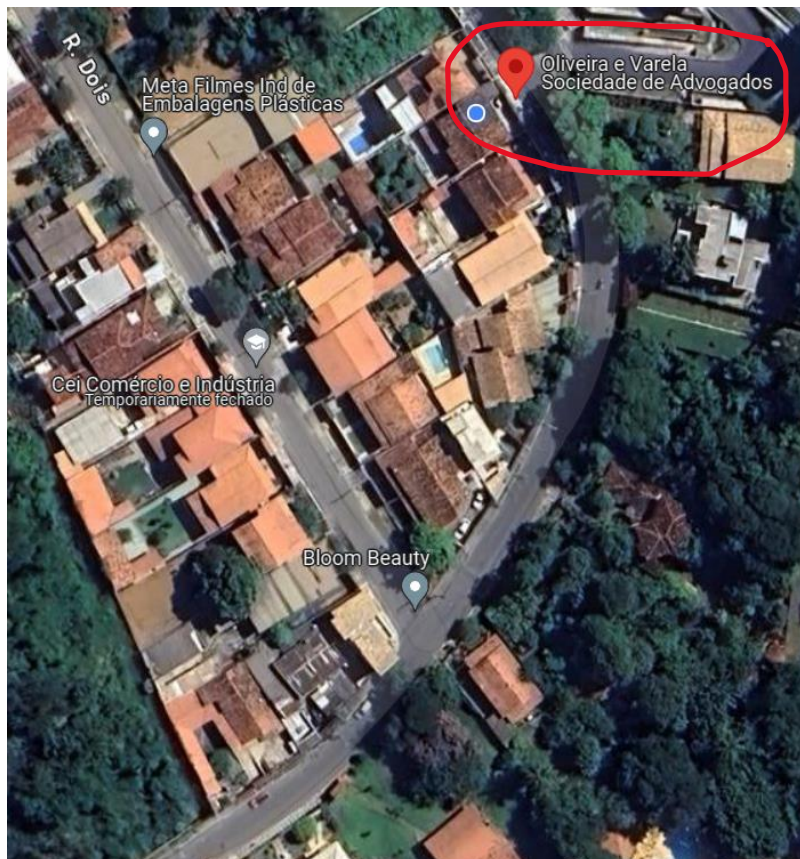
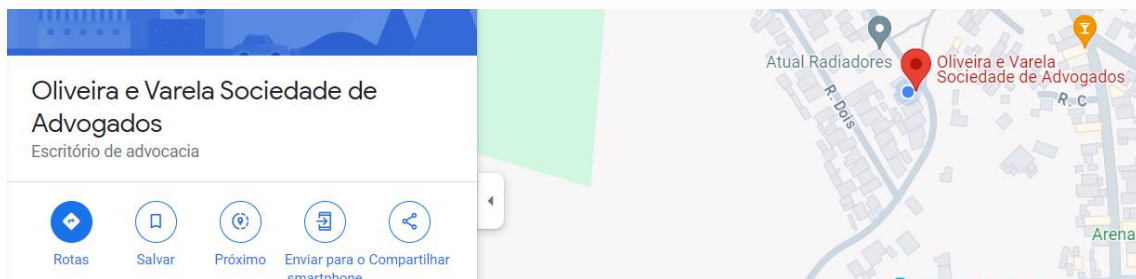
Análise dos Fatos:

Imprecisão do Google Maps: A empresa inabilitada baseia sua contestação na suposta inexistência de qualquer construção no local indicado pelo Google Maps como endereço do escritório da empresa vencedora. No entanto, essa argumentação é falha por diversos motivos:



Limitações do Google Maps: O Google Maps, como qualquer sistema cartográfico online, possui limitações de precisão, especialmente em áreas menos populosas ou com construções recentes. Atribuir à empresa vencedora a responsabilidade por tais imprecisões é um ato de má-fé e demonstra total desconhecimento das características e limitações desse tipo de ferramenta.

Solicitação de correção: É importante salientar que a empresa vencedora já solicitou ao Google a correção da localização do seu escritório no Google Maps, demonstrando sua proatividade e compromisso com a veracidade das informações.





Existência de placa de identificação: A empresa vencedora possui placa de identificação no local, conforme foto anexada, comprovando a existência de um estabelecimento no endereço indicado.



Falta de diligência da empresa inabilitada: A empresa inabilitada alega ter visitado o local e não encontrado o escritório. No entanto, se tivessem percorrido a curta rua sem saída onde o escritório se encontra, facilmente o teriam localizado. Essa falta de diligência e a omissão de informações relevantes configuram má-fé e intenção de prejudicar a empresa vencedora.

Conhecimento prévio da localização: É evidente que a sócia da empresa inabilitada, Jacqueline de Paula, possui pleno conhecimento da localização do escritório da empresa vencedora. Diversas testemunhas, inclusive ex-funcionários da própria Jacqueline, comprovam que ela já esteve no local em diversas ocasiões. Essa informação, omitida pela empresa inabilitada, reforça ainda mais o caráter mentiroso e mal-intencionado de suas alegações.

Conclusão:

As alegações da empresa inabilitada em relação à localização do escritório da empresa vencedora são inconsistentes, infundadas e demonstram clara má-fé. As informações apresentadas pela empresa inabilitada foram manipuladas com o intuito de prejudicar a empresa vencedora, configurando um ato antiético e reprovável. A empresa vencedora, por outro lado, agiu com transparência e proatividade, demonstrando seu compromisso com a verdade e com a lisura do processo.

Diante do exposto, a Recorrida requer seja o presente recurso conhecido e provido para:



- 1) Manter a decisão de habilitação da OLIVEIRA E VARELA FAGUNDES SOCIEDADE DE ADVOGADOS, vez que foram plenamente atendidas as exigências editalícias;
- 2) Manter a decisão de inabilitação da Recorrente, reconhecendo inclusive outros descumprimentos das exigências editalícias que motivaram a decisão de inabilitação, haja vista que nem todas as situações se referem a fato preexistente à licitação e, portanto, não são passíveis de correção.

Nestes termos, pede deferimento.

Vespasiano, 05 de julho de 2024.

IHARA PRISCILLA OLIVEIRA SOUSA – REPRESENTANTE LEGAL

